

**ALTERA A REDAÇÃO DOS
DISPOSITIVOS DA SEÇÃO IV, DA
LEI ORDINÁRIA Nº 5047/2001, DE
30 DE DEZEMBRO DE 2009.**

Art. 1º Altera a redação dos Artigos 172, 173 e 174, da seção VI, da Lei Ordinária Municipal nº5047, que passa ser a seguinte:

SEÇÃO IV

DOS RECURSOS

Art. 172 - Ao contribuinte é facultado encaminhar, em 1ª instância, reclamação ao Conselho Municipal de Contribuinte, dentro do prazo de:

I - trinta (30) dias, contados da data da Notificação de Lançamento, salvo nos casos previstos no inciso seguinte;

II - vinte (20) dias, contados da data da lavratura do Auto de Infração;

Parágrafo Único. A impugnação tem efeito suspensivo e instaura a fase contraditória do procedimento.

Art. 173 - Analisado o processo, o Conselho Municipal de Contribuintes proferirá despacho, por escrito, em que resolverá todas as questões debatidas e pronunciará a procedência ou improcedência do auto de infração ou da reclamação.

Art. 174 - Do despacho que resultar em decisão desfavorável ao sujeito passivo caberá recurso voluntário em 2ª instância, total ou parcial, com efeito suspensivo, ao Prefeito, dentro do prazo de vinte (20) dias, contados da ciência do despacho de 1ª instância, e com prazo máximo para julgamento de cento e vinte (120) dias.